

ARTIGO

ATENDIMENTO FAMILIAR E LIBERDADE ASSISTIDA À LUZ DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO¹

LUCIANA MARIA DAMASCENO

Pedagoga pela Universidade de Franca. Psicóloga pelo Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal. Mestre e Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília – UnB.

País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília

E-mail: psicologia.lucianamaria@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3293-1016>

SILVIA RENATA LORDELLO

Psicóloga, Pedagoga, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília – UnB; Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília – UnB.

País: Brasil **Estado:** Distrito Federal **Cidade:** Brasília

E-mail: srmlordello@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-8287-7257>

Contribuições dos autores: Luciana Maria Damasceno atuou na concepção e delineamento; análise e interpretação dos dados; redação do manuscrito. Enquanto Silvia Renata Lordello atuou na concepção e revisão crítica do texto.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivos identificar desafios e potencialidades do atendimento familiar, na perspectiva de profissionais que trabalham em liberdade assistida no Distrito Federal, além de articular características desse atendimento aos pressupostos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Realizou-se um grupo focal com seis profissionais e, para análise, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontaram a sensibilidade dos profissionais frente às demandas das famílias, além da complexidade que envolve o próprio atendimento, e indicaram o potencial das interações com as famílias na promoção de resultados de competência. Como contribuições, o presente estudo dá voz aos profissionais da área, além de fomentar discussões capazes de subsidiar políticas públicas, contribuindo para aproximações sucessivas entre teoria e prática.

Palavras-chave: Medida socioeducativa. Famílias. Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

¹ Este trabalho é parte da dissertação de mestrado da primeira autora, sob orientação da segunda autora.

FAMILY SUPPORT AND SUPERVISED FREEDOM IN THE LIGHT OF THE BIOECOLOGICAL THEORY OF HUMAN DEVELOPMENT

ABSTRACT

The research aimed to identify challenges and potential of the family support service, from the perspective of professionals who work in supervised freedom in Distrito Federal; and articulate characteristics of family support to the assumptions of the Bioecological Theory of Human Development, BTHD. A focus group was held with six professionals and, for analysis, the content analysis technique was used. The results showed the sensitivity of professionals in the face of the demands of the families, in addition to the complexity that involves the support itself. They indicated the potential of interactions with families in promoting competency results. As a contributions, this study gives voice to professionals in the area, besides fostering discussions capable of subsidizing public policies, contributing to successive approximations between theory and practice.

Keywords: Socio-educational Measure. Families. Bioecological Theory of Human Development.

Data de recebimento: 29/03/2024 **Data de aprovação:** 05/03/2025

DOI: 10.31060/rbsp.2027.v21.n1.2159

INTRODUÇÃO

Às medidas socioeducativas em meio aberto são vinculados adolescentes que permanecem em liberdade, muitas vezes residindo com suas próprias famílias, inseridos no convívio comunitário mais amplo. De acordo com a Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda (Brasil, 2006), o processo de acompanhamento e de orientação na medida de liberdade assistida deve enfatizar a vida social do adolescente, de modo a possibilitar o estabelecimento de relações positivas, daí a importância do atendimento voltado às famílias desses adolescentes. Tanto a Resolução nº 119 (Conanda, 2006), que estabelece parâmetros para implementação das medidas socioeducativas, quanto a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase (Brasil, 2012), preveem a participação das famílias no processo ressocializador do adolescente. De acordo com a Resolução nº 119/2006, a participação da família e da comunidade corresponde a uma das diretrizes pedagógicas que devem fundamentar o programa de atendimento. Mas será que inclusão familiar tem sido uma realidade na concretude da socioeducação?

O primeiro tensionamento pode ser dirigido às próprias normativas. Embora a legislação enfatize a centralidade da família na socioeducação, a concretização desse princípio esbarra em profundas desigualdades socioeconômicas, na insuficiência de políticas intersetoriais e na responsabilização excessiva das famílias, muitas vezes precarizadas e desprovidas do suporte estatal necessário para cumprir esse papel. A segunda problematização é sobre qual concepção de família versam os textos das políticas, aqui em tela o Sinase. O trabalho com famílias, em qualquer que seja o contexto, requer o reconhecimento das transformações sociais ocorridas nos últimos tempos. Inúmeros estudos mencionam os impactos de tais mudanças nas configurações familiares (Cardoso; Féres-Carneiro; Giovanetti, 2009; Lins *et al.*, 2015). Não é mais possível se referir a um padrão único e tradicional de família. Com o surgimento dos novos arranjos, a definição de grupo familiar não se reduz aos laços de consanguinidade e parentesco, mas se amplia para laços afetivos que ocupam esse lugar. De forma geral, os termos encontrados nas normativas pres-

supõem uma família idealizada, autônoma na proteção de seus membros, e desconsideram o impacto das desigualdades estruturais que atravessam esses núcleos. A ausência de um olhar sistêmico, que considere raça, classe e gênero, resulta na naturalização da precarização e no deslocamento da responsabilidade do Estado para as próprias famílias.

A vulnerabilidade das famílias de adolescentes em medidas socioeducativas não é um fator isolado, mas um reflexo das políticas estatais que historicamente negligenciam populações periféricas, mantendo ciclos de exclusão. A própria ausência de suporte material e de serviços socioassistenciais de qualidade inviabiliza a participação ativa dessas famílias na ressocialização, o que revela a contradição entre o discurso normativo e a realidade concreta. Respaldados pelo paradigma crítico-dialético, estudos contrapõem-se à concepção idealizada que consta nas leis sobre o papel das famílias e questionam sobre condições estruturais para que elas possam arcar com as exigências que lhes são impostas pela sociedade contemporânea (Mioto, 2010; Teixeira, 2010; Oliveira; Teixeira, 2018). Apesar de a legislação enfatizar a participação da família no processo socioeducativo, a efetivação desse princípio enfrenta desafios estruturais, como a precariedade dos serviços e a ausência de suporte material às famílias, que, muitas vezes, vivem em condições de vulnerabilidade social. Para Mioto (2010), a responsabilidade pela proteção social de seus membros não se restringe às famílias e está condicionada ao acesso a renda, assim como a bens e serviços de caráter universal e de qualidade, assegurados por meio de políticas públicas.

Diante das problematizações desejáveis à concepção de família adotada pelas políticas públicas e das dificuldades concretas de sua participação, faz-se necessário um olhar ampliado para o fenômeno do atendimento familiar na liberdade assistida. Nesse sentido, torna-se fundamental uma abordagem teórica que permita compreender a complexidade das interações entre indivíduo, família e sociedade, sem reducionismos normativos. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) surge como um referencial que possibilita problematizar a idealização do papel familiar e analisar os múltiplos sistemas que influenciam a socioeducação, considerando as interseções entre vulnerabilidade, políticas públicas e acesso a direitos.

TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Ao eleger teorias que permitam a compreensão mais complexa dos fenômenos da socioeducação, a TBDH se diferencia por representar um construto que transcende a proposta contextualista. Ela apresenta elementos conceituais, propostos por seu autor, Urie Bronfenbrenner, que permitem que a pessoa, os seus processos proximais, os contextos nos quais está inserida e o tempo sejam analisados de forma sinérgica e indissociável (Merçon-Vargas *et al.*, 2020).

A esse construto o autor intitulou modelo PPCT (pessoa, processo, contexto e tempo). Articulado com a liberdade assistida, essa proposta permite um olhar integrador sobre o desenvolvimento dos adolescentes que cumprem a medida, mas não se centra em responsabilizá-los individualmente. Considerar o desenvolvimento numa perspectiva que inclua as interações e os processos que ocorrem na família, na escola, nos espaços de lazer e proceder à leitura cultural e do tempo histórico no qual ocorrem os processos é algo bastante inspirador para intervenções psicossociais mais significativas.

Ao aplicar tais conceitos nos cenários socioeducativos, vislumbram-se os processos proximais, considerados os motores do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 2012). É importante pensar que não são sempre saudáveis ou positivos e nem sempre geram resultados de competência. A depender da situação, como

nas violações de direitos e violências, podem ser processos negativos ou, como denominado por Merçon-Vargas *et al.* (2020), processos inversos. Essa concepção dos processos é essencial para trabalhar com a família. No caso da liberdade assistida, não somente para propor processos por meio das intervenções, mas para compreender os processos dos próprios familiares, uma vez que são definidos como padrões de interação recíproca, cada vez mais complexos, entre a pessoa e o ambiente imediato (Leme *et al.*, 2016).

A perspectiva do construto pessoa não assume uma dimensão individualizante na obra de Bronfenbrenner. A pessoa em desenvolvimento possui características que são determinadas biopsicologicamente e características que são resultantes das interações com o ambiente (Bronfenbrenner, 2012). Quando estamos diante dos adolescentes no cumprimento das medidas, a teoria nos convida a pensar em adolescências plurais. Não se desconsideram as dimensões subjetivas, que o autor denomina como forças, recursos biopsicológicos e demandas, mas essa análise não é determinista. Ela depende do desenvolvimento no contexto.

O contexto é definido como o ambiente ecológico no qual se dá o desenvolvimento da pessoa (Bronfenbrenner, 2012) e é composto por sistemas interdependentes. O contexto imediato em que ocorrem os processos proximais é chamado de microsistema. Às relações entre os microsistemas é dado o nome de mesossistema. Exossistema define o ambiente não frequentado pela pessoa, mas que afeta seu desenvolvimento. Já o sistema mais remoto, composto pelo sistema político, econômico, assim como pelos valores e crenças compartilhados pelos membros de uma determinada cultura, recebe o nome de macrosistema (Leme *et al.*, 2016; Coscioni *et al.*, 2018). O quarto e último elemento da teoria, o tempo, envolve continuidades e mudanças nas características da pessoa, ao longo do seu curso de vida, assim como estabilidades e mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais, no decorrer das gerações (Leme *et al.*, 2016). Considera-se, portanto, que o desenvolvimento seja influenciado pelo momento histórico vivido (Bronfenbrenner, 2012; Tudge; Rosa, 2020).

Para além dos aspectos conceituais e metodológicos da TBDH, Bronfenbrenner manifestou sua preocupação com a possibilidade de que os estudos oferecessem suporte às políticas públicas. Dessa forma, eles poderiam contribuir para melhorar a vida das pessoas (Bronfenbrenner, 2012; Santos; Böing, 2018).

O presente estudo parte do seguinte problema: considerando que os dispositivos legais (Brasil, 2006, 2012) preconizam a participação das famílias no processo socioeducativo dos adolescentes e que há concepções diversas quando se trata de famílias e de trabalho com famílias, de que maneira a TBDH pode contribuir para a compreensão da importância do atendimento familiar no contexto da liberdade assistida? Os objetivos desta pesquisa são: (a) Identificar desafios e potencialidades do atendimento familiar, na perspectiva de profissionais que executam a medida de liberdade assistida no Distrito Federal; e (b) Articular características do atendimento familiar aos pressupostos da TBDH.

METODOLOGIA

Participaram do grupo focal, realizado em janeiro de 2020, seis profissionais que atuam na medida de liberdade assistida, lotados em seis diferentes Gerências de Atendimento em Meio Aberto (Geamas) do Distrito Federal. Os participantes foram recrutados mediante adesão voluntária e o único critério adotado foi o de que deveriam ser profissionais que atuassem diretamente no atendimento às famílias. Foram 4 participantes do sexo feminino e 2 do sexo masculino, dentre os quais: 3 assistentes sociais, 2 psicólogos e 1 agente socioeducativo.

Empregou-se um roteiro de questões norteadoras a fim de guiar a discussão e assegurar o debate sobre a temática em foco. A assertividade das questões foi previamente avaliada por uma pesquisadora especialista no tema. As questões do grupo focal buscaram mobilizar os participantes para que descrevessem o atendimento familiar, abordassem as demandas mais comumente apresentadas pelas famílias, além de destacar desafios e potencialidades vislumbrados em relação a esse tipo de atendimento.

A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH) da Universidade de Brasília, e autorizada pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (Subsis), seguiu os princípios éticos preconizados pelo Conselho Nacional de Saúde. Aos participantes foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assim como lhes foram assegurados o sigilo e o direito de interromper a participação a qualquer tempo. Em caso de mobilização de algum participante quanto ao tema, foi oferecido um espaço de escuta privada. Não houve, no entanto, procura, o que sugeriu ausência de risco ao longo do processo de pesquisa.

Após articulação junto à Coordenação de Semiliberdade e Meio Aberto (Coorsema) e à Diretoria do Meio Aberto (Dima), ambas estruturas integrantes da Subsis à época de realização desta pesquisa, avaliou-se que seria possível recrutar participantes dentre os servidores que compunham um Grupo de Trabalho já existente. Antes da apresentação das questões norteadoras, os participantes receberam as orientações necessárias e formalizaram o consentimento para gravação em áudio.

A escolha pelo grupo focal se deu por sua perspectiva interacionista, em um espaço marcado pela intersubjetividade (Flick, 2009; Kind, 2004). Por meio do grupo focal, é possível compreender processos de construção da realidade, práticas cotidianas, comportamentos e atitudes. Constitui-se uma técnica de baixo custo e rapidez na coleta dos dados, que permite o conhecimento de experiências, percepções, impressões, crenças, hábitos, valores, preconceitos, linguagens, simbologias, consensos e divergências prevalentes no trato de uma dada questão, por pessoas que partilham traços em comum (Gatti, 2005; Trad, 2009).

ANÁLISE DE DADOS

Após degravação na íntegra, empregou-se como técnica a análise de conteúdo de Bardin (1977), seguindo-se as três etapas: pré-análise (organização e preparação do material), exploração do material (codificação dos dados brutos do texto) e tratamento dos resultados obtidos (emprego da inferência e da interpretação), que deram origem às categorias que compõem os resultados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As categorias empregadas na apresentação dos resultados são: (a) Aspectos técnico-operativos do atendimento familiar; (b) Demandas das famílias e sensibilidade dos socioeducadores; (c) Complexidade do atendimento familiar no contexto socioeducativo em meio aberto e da identidade profissional. Optou-se pela discussão paralela à apresentação das categorias no intuito de facilitar a articulação com os objetivos da pesquisa. Quanto aos desafios e às potencialidades do atendimento, estes foram abordados de forma transversal às três categorias acima elencadas, assim como as articulações com a TBDH. Para nutrir a análise, foram utilizados tanto fundamentação teórica quanto fragmentos das falas dos participantes do grupo focal, os quais, para fins de preservação da identidade, são identificados como P1, P2, P3, P4, P5 e P6.

ASPECTOS TÉCNICO-OPERATIVOS DO ATENDIMENTO FAMILIAR

A primeira categoria versou sobre as descrições procedimentais que envolvem o atendimento. Os detalhes sobre os aspectos operacionais mostraram as preocupações dos profissionais com a forma como estabelecem suas rotinas de atendimentos envolvendo familiares. De acordo com os profissionais, geralmente os atendimentos são feitos por família, ora com, ora sem a presença do adolescente, e manifestaram a intenção de organizar grupos multifamiliares nas Geamas em que trabalham. No local em que já ocorrem os grupos multifamiliares com uma periodicidade pré-estabelecida, estes são coordenados por um grupo de estagiários do curso de Psicologia de uma universidade particular. Em outra Geama, a profissional relatou que, como forma de incentivo aos adolescentes, os familiares também são convidados a participar de algumas atividades coletivas, tais como passeios, por exemplo. Em se tratando de intervenções com famílias em contexto de grande complexidade, a literatura sugere que se dê preferência ao atendimento em grupo (Costa *et al.*, 2013). A esse respeito, os autores afirmam que o planejamento é essencial e, por esta razão, preconizam a criação de protocolos de atendimento.

Os participantes relataram que, logo no início do cumprimento da medida, a família é convocada para um acolhimento e preenche-se um instrumental com informações que irão subsidiar os atendimentos seguintes. Além do atendimento presencial, a equipe pode realizar visitas domiciliares e contatos telefônicos. Visitas institucionais também são previstas, especialmente em caso de encaminhamento do adolescente e/ou da família para inserção em serviços ofertados pela rede socioassistencial, educacional, de saúde. Os profissionais podem, portanto, realizar visitas a instituições como Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centros de Atenção Psicossocial (Caps), escolas, Conselho Tutelar.

De acordo com os profissionais, nem sempre as famílias podem comparecer aos atendimentos: seja porque a Geama se situa em um local distante e as famílias não dispõem de recursos financeiros para custear o transporte, seja porque o horário coincide com o horário de trabalho dos pais ou responsável. Em alguns casos é feito o empréstimo de cartões de ônibus, mas nem sempre há disponibilidade para todos que necessitam. De modo geral e a despeito das adversidades já mencionadas, as famílias tentam comparecer aos atendimentos.

É... tem essa dificuldade de locomoção da família e também do trabalho, muitas vezes.
[...] algumas vezes, a gente opta pela visita domiciliar, até pra gente conseguir acessar todos os familiares, não apenas a mãe, que normalmente é quem vai lá acompanhar (P3).

As dificuldades relatadas pelos profissionais dialogam com alguns apontamentos de Takashima (2011), ao analisar políticas de atendimento às famílias. A autora conclui que há um descompasso no discurso político e destaca desde a escassez de recursos financeiros à localização espacial dos programas de atendimento, geralmente distantes da área de moradia das famílias. Com a oferta do cuidado no território, como é preconizado pela política, os atendimentos das famílias no serviço configuram-se em um microsistema, na visão da TBDH. Por ser um ambiente imediato em que adolescentes e famílias participam na Geama, esse espaço tem uma potencialidade de promover processos proximais. Os microsistemas se caracterizam por padrões de atividades, papéis e relações interpessoais. Ao dificultar a realização do atendimento nesse microsistema em virtude de impedimentos concretos, alguns questionamentos são necessários: poderia a flexibilização de horário minimizar, de alguma forma, a dificuldade de participação dos pais ou responsável? Quais estratégias, além das visitas domiciliares, poderiam ser adotadas, a fim de viabilizar o atendimento das famílias?

Os profissionais também reportaram dificuldades que vão desde a falta de recursos materiais nos locais em que trabalham, passando pela precariedade do espaço físico em que a Geama se situa e o número de pessoas atendidas, alcançando questões macroestruturais (Bronfenbrenner, 2012), como a violência enfrentada pela população que vive na periferia.

É muito complicado por falta de recursos [...]. Quantas vezes eu tirei do meu bolso pra fazer qualquer atividade! (P6).

Estrutura física que é **bem** precária pra você fazer um trabalho com a família, às vezes até coletiva, com vários familiares, às vezes não tem o espaço, ou às vezes o espaço é inadequado [...] (P5, grifo nosso).

Eu acho também que existe uma dificuldade que daí eu acho que é da sociedade. A gente está inserido num contexto, que é a violência [a] que essas famílias estão submetidas, [a] que as periferias principalmente estão submetidas, então... (P2).

A dificuldade em transformar a determinação judicial em uma demanda de cunho psicossocial foi outro desafio destacado:

E aí, entra uma grande dificuldade, porque é uma determinação judicial, ninguém tem escolha, está todo mundo ali, que a gente tem que transformar numa demanda. [...] d'uma coisa que seria só uma obrigação numa coisa que pode vir a contribuir realmente naquela relação ali estabelecida (P3).

A fala da profissional reflete o que Costa e Penso (2010) defendem acerca da necessidade de revisão do conceito de demanda, nos contextos de intervenções psicossociais. Para as autoras, os pedidos das famílias muitas vezes virão camuflados e até travestidos por necessidades mais concretas, como repasse de recursos financeiros, por exemplo. No contexto específico da socioeducação, a despeito da obrigatoriedade judicial, é importante que o profissional, de forma bastante sensível, estabeleça um vínculo com a família e com o adolescente e os auxilie na compreensão do sentido mais amplo da medida (Costa *et al.*, 2011). O estabelecimento do vínculo tem início já no acolhimento e se fortalece durante a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), quando, então, busca-se compreender a realidade atual do adolescente a partir de diversos eixos (escolarização, esporte, cultura e lazer, profissionalização, saúde, relacionamento familiar, dentre outros).

Por meio da análise dos diferentes microsistemas nos quais o adolescente se insere e da teia de relações que o envolve, metas são elaboradas de forma conjunta, envolvendo a equipe técnica, o adolescente, os pais ou responsável. Encaminhamentos também podem ser feitos à rede de apoio. Um tensionamento constatado pelos resultados é que embora o PIA tenha uma proposta de coconstrução e materialize os processos proximais, a dificuldade de operacionalização impede que esses objetivos se concretizem. Os profissionais observam uma maior adesão de adolescentes ao cumprimento da medida quando esses jovens percebem que as famílias demonstram interesse e que participam ativamente da experiência socioeducativa. Gomes e Conceição (2014), em um estudo que aborda os sentidos da trajetória de vida para adolescentes, destacam como fundamental o apoio da família ao processo de mudança dos adolescentes.

[...] A família é essencial no processo de ressocialização. [...] o ganho das famílias no atendimento é justamente essa parceria no processo [...] e a ruptura com a questão infracio-

nal. A família é muito importante. Quando o adolescente vê que a família também está se envolvendo muito com a Geama, isso é um ganho absurdo (P1).

A possibilidade de ouvir outros membros da família e de colher informações para melhor compreender a situação do adolescente é favorecida pelos atendimentos familiares: “[...] quando tem a família e o adolescente, é um outro atendimento. Porque, às vezes, o adolescente fala o que você quer ouvir, não é? [...] porque... o intuito dele é o quê? É ser liberado da medida. E aí, às vezes, você tem a versão da família [...]” (P5).

Conforme afirma o profissional, uma das preocupações do adolescente costuma ser a liberação da medida, ou seja, quando o juiz considera que ela foi suficientemente cumprida. Em termos práticos, a legislação prevê que a medida de liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses – Lei nº 8.069 (Brasil, 1990). Observa-se que o fator tempo é considerado elemento importante para que se avalie se houve mudanças ou permanências na vida do adolescente e das pessoas que o cercam, e quais encaminhamentos ainda podem ser feitos.

Os detalhamentos técnico-operativos do atendimento familiar estão presentes na concepção de microssistema que o meio aberto representa para esses adolescentes e suas famílias. Considerando que é no interior de um microssistema que ocorrem os processos proximais, a intenção dos profissionais é tentar prover condições para que os atendimentos alcancem efeitos de competência (Leme *et al.*, 2016) como resultados de desenvolvimento. As cinco condições necessárias para que os processos proximais ocorram são: o engajamento, a regularidade no tempo, a crescente complexidade das atividades, a interação com símbolos, objetos e pessoas, e a reciprocidade dos vínculos (Lordello; Costa, 2014), condições que se mostram presentes nos atendimentos familiares idealmente planejados, embora nem sempre implementados.

DEMANDAS DAS FAMÍLIAS E SENSIBILIDADE DOS SOCIOEDUCADORES

O adolescente em cumprimento de liberdade assistida permanece comumente inserido em seu contexto familiar, que é o primeiro microssistema no qual ele interage e se desenvolve (Antoni; Koller, 2010), além de inserido em sua comunidade de origem. Ambos os contextos são dignos de atenção por parte do profissional que o acompanha.

Os participantes da pesquisa relatam conflitos familiares, questões de saúde, falta de diálogo em casa e, em alguns casos, presença de violência doméstica, como alguns dos aspectos que requerem atenção durante os atendimentos. Os atendimentos familiares, a seu turno, constituem um espaço de diálogo e de reflexão, de orientação e de intervenção, com vistas ao fortalecimento dos vínculos. Ainda que o profissional não se sinta totalmente seguro e/ou suficientemente preparado a intervir na mediação de possíveis conflitos, há preocupação com a oferta de uma escuta empática e sem julgamento.

[...] esse atendimento, ele acontece muito na forma do acolhimento, dessa escuta empática, desse... do não julgamento, é... de estar ali mesmo acolhendo aquela família que tá em sofrimento [...] (P1).

[...] às vezes, a Geama é o único espaço em que eles [se] sentam pra conversar. Apesar de viverem na mesma casa, não conversam, não falam. [...] Mas eu acho que, de qualquer forma, fortalece os vínculos. Ainda que seja por meio de um conflito [...] (P5).

Nardi e Dell’Aglío (2012) reconhecem a influência que a família exerce no desenvolvimento dos adolescentes e destacam a importância de ações que envolvam, além do próprio adolescente autor de ato infracional, a sua família. As autoras defendem que é preciso reforçar os vínculos com pessoas capazes de se constituírem fonte de apoio e proteção, favorecendo um desenvolvimento saudável, daí a importância de um trabalho com as famílias. Vale destacar que, ao mesmo tempo em que se considera a importância da oferta de apoio e de orientação às famílias, compreende-se que essas mesmas famílias tenham suas vivências entrelaçadas a tudo o que ocorre no contexto social mais amplo. Sob a influência neoliberal, o Estado tem retraído suas funções protetivas e as tem atribuído às famílias e à sociedade civil, o que tem trazido consequências negativas no âmbito das políticas públicas adotadas (Oliveira; Teixeira, 2018).

Os profissionais relatam ainda uma gama variada de fatores relacionados ao sofrimento e ao sentimento de impotência das famílias: fatores que vão desde o envolvimento do adolescente na ilicitude e os riscos advindos desse envolvimento, alcançando questões mais amplas, como as dificuldades de ordem socioeconômica.

As demandas, assim, que eu percebo, é... nas famílias, é muito um sofrimento, pelo processo que foi até a chegada à Geama. [...] e essa preocupação de que, no final, se ela não conseguir dar conta do filho, a família, [o adolescente] pode acabar morrendo mesmo, sabe, nas mãos do tráfico de drogas, é, em roubo. Também tem essa demanda financeira [...]. Mas eu vejo que o sofrimento é esse, que tem coisas que fogem do controle deles e que não podem fazer nada (P1).

Os profissionais mencionam a fala de algumas mães carregada de cansaço, desânimo e sofrimento. Em havendo a possibilidade, o profissional tenta envolver os pais no processo. A despeito de se haver notado um aumento recente na presença dos pais nas Geamas, as mães ainda são as que mais comparecem.

É, o que eu vejo é essa demanda afetiva, das aflições das mães... ou do responsável – eu estou falando as mães porque é a maioria, do sexo feminino, que comparece pro atendimento, mas de um tempo pra cá, [...] eu vejo que tem mais pais participativos hoje do que era antigamente [...] (P5).

Normalmente, essa fala de que a mãe não está mais dando conta, que ela não consegue ter controle sobre o filho, que ela precisa de ajuda ou que ela simplesmente quer desistir e não ser cobrada, não se envolver [...] (P6).

Tais achados encontram consonância na ideia difundida na literatura de que as inúmeras transformações no contexto societário mais amplo acarretaram alterações nos arranjos familiares (Cúnico; Arpini, 2014). Nas famílias monoparentais femininas, a dupla jornada de trabalho e a falta de apoio do ex-companheiro podem contribuir para que a mulher acumule funções e se sinta sobrecarregada (Cúnico; Arpini, 2014). Além da sobrecarga, a necessidade extrema de trabalhar devido à precariedade das condições de subsistência pode acarretar o afastamento da vida cotidiana dos filhos (Costa; Marra, 2013). Atrelado a isso, houve um aumento na transferência de responsabilidades para as famílias enquanto mecanismo de proteção social, sem que houvesse a oferta do suporte necessário por parte do Estado (Oliveira; Teixeira, 2018). Sob as lentes da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, tais aspectos compõem o macrosistema e evidentemente exercem influência nos processos proximais das famílias e dos adolescentes (Bronfenbrenner, 2012).

Assim como a rede de apoio possui suas limitações, as famílias também possuem uma série de dificuldades que podem comprometer o seu engajamento: questões que vão desde as materiais e objetivas – como a falta de recursos para custear o transporte ou a incompatibilidade de horários – às de ordem subjetiva, que envolvem o que a TBDH denomina de características da pessoa – como a resistência aos atendimentos ofertados e a indisposição para se dedicar a atividades individuais ou coletivas. Ambas as questões podem sofrer influência de fatores externos. A resistência de algumas famílias, por exemplo, pode decorrer da própria descrença na efetividade das instituições. Sobre as características da pessoa, estas são chamadas de características de forças disruptivas, quando impedem ou interrompem os processos proximais (Bronfenbrenner, 2012; Rosa; Tudge, 2013).

Quanto às potencialidades do atendimento familiar, um aspecto comum na fala dos participantes do grupo focal diz respeito à necessidade que as famílias demonstram de serem ouvidas, aliada à possibilidade de oferta de uma escuta empática e sem julgamento (Ferrari, 2009), o que muitas vezes parece trazer algum tipo de alívio às famílias. “[...] a gente oferece a escuta [...] pra família e esses encaminhamentos, então, eu acho que isso faz a diferença. [...] Às vezes, ela fala: ‘Ai, nossa, eu estou bem’; ‘Ah, que bom!’; ‘Ah, estou me sentindo mais leve!’ Ótimo, que seja um espaço de escuta!” (P5).

Quando o profissional menciona a oferta de uma escuta empática e sem julgamento por parte da equipe técnica, aliada à abertura e à capacidade de verbalizar assuntos que geram angústia por parte das famílias, evidencia-se o que Bronfenbrenner denomina de forças geradoras. As forças geradoras são características da pessoa que viabilizam o engajamento em atividades, sejam estas individuais ou coletivas (Leme *et al.*, 2016), ou seja, são aquelas que incitam ou sustentam os processos proximais (Rosa; Tudge, 2013). Um olhar sobre a necessidade exacerbada que as famílias têm de serem ouvidas, no entanto, leva a pensar que essa necessidade decorra do fato de elas não terem encontrado esse espaço anteriormente e a fala da profissional (P3) corrobora esta análise: “[...] agora [ênfase] eles estão sendo vistos pelo Estado. Então agora [ênfase] alguém pode fazer alguma coisa [...]”.

Além de serem ouvidos, os profissionais mencionam o potencial dos atendimentos para que os membros da família possam se ouvir uns aos outros e, mais do que isso, para que possam se enxergar uns aos outros.

E aquele espaço é um espaço onde eles conseguem realmente conversar [...] (P5).

Só de você falar: “Não, mas olha, seu filho é inteligente, ele é isso, ele é aquilo”, a pessoa já... acho que ela nunca nem ouviu aquilo de alguém, entendeu? [...] “Nossa, então meu filho é inteligente?! Tipo, caramba!” O menino às vezes nunca ouviu elogio na vida: nem dos pais, nem da escola, nem de ninguém (P6).

A esse respeito, a literatura aponta que, por meio da participação efetiva, mediante um diálogo construtivo e o resgate do sentido da medida, família e adolescente podem reconfigurar suas relações (Costa *et al.*, 2011). A partir da fala de P6, infere-se que os profissionais são capazes de reconhecer, por vezes mais que a própria família, os recursos biopsicológicos construídos pelos adolescentes em sua trajetória, contribuindo para legitimá-los no microssistema familiar. Ao mesmo tempo em que contribuem para ressignificar a forma como os pais enxergam seus filhos, os processos proximais decorrentes da interação com a equipe de atendimento podem favorecer o fortalecimento de crenças autorreferenciadas essenciais à construção da identidade do adolescente, como autoconceito, autoestima e autoeficácia (Rodríguez; Damásio, 2014).

COMPLEXIDADE DO ATENDIMENTO FAMILIAR NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO E DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Um aspecto importante que emergiu no grupo focal foi a própria complexidade do atendimento familiar no contexto socioeducativo, o que pode, por vezes, deixar o profissional confuso sobre seu papel:

Eu noto que um dificultador pra o atendimento familiar [...] é também a nossa percepção. [...] e qual é a nossa função em frente à família. [...] muitas vezes, a gente vai atuando e vai chegando numa seara que você, às vezes, até desconhece qual que é a finalidade daquilo. [...] essa percepção do profissional enquanto, é, socioeducador, e como ele pode atuar e fazer esse contato entre as diversas áreas de atuação e o adolescente, que eu imagino que está no centro, que também é beneficiário central, ali, beneficiário, é, direto da nossa atuação, mas a família, os pais, os irmãos, as pessoas que estão em volta também necessitam de amparo e aí a gente [se] depara com essa situação, de a gente demandar os serviços e às vezes não ter esse acesso [...] (P4).

O profissional demonstra que há o reconhecimento da necessidade de atendimento às diversas demandas trazidas pela família, ao mesmo tempo em que compreende que o trabalho socioeducativo está centralizado no adolescente a quem foi aplicada a medida. Durante esse processo que, dentre outros propósitos, visa à garantia de direitos e à promoção social do adolescente e das famílias, o profissional será chamado a intervir em diversas frentes, a depender da demanda apresentada. Nesse ponto, a complexidade do atendimento socioeducativo lamentavelmente se depara com a ineficiência da rede socioassistencial e da oferta de serviços, muitas vezes parciais e descontínuos (Finkler *et al.*, 2011). Ademais, os profissionais têm de lidar com a descrença das famílias quanto às ações do Estado: “[...] nós somos, na realidade, demandantes de serviços. A família já nem acredita mais na rede, porque já bateu em tantas portas e fala: ‘Ah, mais um, vou estar inserida em mais um contexto que não vai dar em nada’” (P5).

Em se tratando de atendimento às famílias, Teixeira (2010, p. 21) sugere uma metodologia capaz de articular “assuntos internos e externos à família, sem hipertrofiar um dos polos e sem cair em modelos psicologizantes, que levem em conta somente o indivíduo ou seu oposto, os generalistas de transformação social”. Dessa forma, as intervenções não pretenderiam ensinar às famílias a gerir seus conflitos, sob uma perspectiva disciplinadora, mas poderiam contribuir para que elas refletissem sobre sua própria realidade, conhecessem serviços e recursos do território, e até mesmo se mobilizassem em processos coletivos, na busca pela garantia de direitos (Teixeira, 2010).

Por vezes, os profissionais podem se sentir sobrecarregados com a carga afletiva da família, dadas as dificuldades enfrentadas na lida com os filhos adolescentes e as expectativas que a família nutre em relação ao trabalho dos profissionais.

[...] a questão da aflição também, de não saber o que fazer com o filho. “Não sei o que fazer...” E aí, transfere pra gente uma, uma expectativa, uma angústia [...] como se a gente fosse um monte de salva-vidas. E aí, isso traz um peso pro profissional que está atendendo. [...] Às vezes, é muita responsabilidade, eu acho, para o profissional dar conta daquela demanda (P5).

Além de sobrecarregados com a carga aflitiva das famílias, conforme relato do mesmo participante, é possível inferir que, dadas as peculiaridades do público atendido e diante da complexidade dos casos, por vezes, os profissionais podem se sentir inseguros sobre como proceder diante dos conflitos que emergem durante os atendimentos.

[...] e às vezes na GEAMA, ali, [...] os dois ali, aí começa a surgir, até começa a lavagem de roupa suja. [...] E você como intermediador. [...]. E aí, como é que você vai intermediar? Porque às vezes a gente não tem essa formação pra atuar. E aí? Eu intervenho aqui ou deixa eles lavarem a roupa suja aí? E daqui a pouco, eu faço um fechamento no final (P5).

Ferrari (2009), em um relato de experiência de supervisão institucional oferecida à equipe técnica atuante em um serviço de atenção às famílias, assinala que os profissionais se sentem afetados emocionalmente pelas histórias que ouvem do público atendido. Situações-limite envolvendo risco social e dramas intensos despertam nos profissionais o dilema da impotência diante da realidade. Por essa razão, defende que os profissionais disponham de um espaço de fala, a fim de partilharem suas próprias angústias e refletirem sobre a própria prática. Dadas as similaridades entre o público atendido, é possível inferir que os profissionais atuantes em socioeducação vivenciem angústias semelhantes. Como bem ressaltam Costa *et al.* (2013), lidar com situações de sofrimento, que muitas vezes excedem a capacidade de compreensão e de aceitação do profissional e que exigem a adoção de uma posição não crítica em relação às pessoas atendidas, requer formação cuidadosa e qualificação continuada. Esses autores defendem que se invista na aquisição de habilidades, técnicas e recursos criativos, a fim de proporcionar um atendimento adequado às famílias em contexto de grande complexidade.

Oferecer acolhimento, conhecer a família e a teia de relações que a constitui, compreender o adolescente em sua totalidade, mediar conflitos e propiciar o diálogo, fortalecer vínculos, viabilizar a inserção em serviços ofertados pela rede, ainda que esta seja deficitária, beneficiar a família como um todo por meio de um atendimento capaz de gerar entendimento, eis mais algumas potencialidades do atendimento familiar.

Eu acho que uma grande potencialidade é pela própria natureza do nosso trabalho, que ali, é, o sujeito, ele é... entendido na sua totalidade. Ali, a gente não está falando só do aspecto da saúde física ou só do aspecto socioeconômico, ou só da relação familiar. A gente tenta compreender aquele todo. [...] às vezes, é uma questão de sofrimento psíquico [...]. Às vezes é um sofrimento pra acessar um Cras, um Creas ou outra instituição [...]. Então, eu acho que a maior potencialidade do nosso trabalho está aí. Inclusive, resgatar vínculos de afetividade e também de autoridade [...] (P3).

A fala da profissional nos remete às contribuições de Medeiros e Paiva (2015), quando as autoras ressaltam a necessidade de um trabalho capaz de contribuir para que as famílias reconheçam suas potencialidades de enfrentamento aos problemas do cotidiano, a despeito do acesso, muitas vezes precário, a direitos sociais básicos. Especificamente acerca do resgate de vínculos de afetividade e da autoridade, Furtado e Braga (2011) afirmam, ao avaliar a realidade de adolescentes em cumprimento de internação, que é possível observar a fragilidade dos vínculos e a necessidade das famílias de um suporte, tanto emocional quanto informativo. Esse suporte poderia contribuir tanto para que os pais pudessem melhor compreender os adolescentes quanto para que pudessem atuar, da melhor maneira, em sua formação. Os dados dessa pesquisa sugerem que, no contexto da liberdade assistida, tal suporte se faça igualmente necessário.

Ainda nesse sentido, em estudo que trata de momentos de visita das famílias a unidades de internação, Brondani e Arpini (2023) destacam o potencial das intervenções dos profissionais que atuam no contexto socioeducativo, propiciando a ressignificação das experiências relacionais dos adolescentes e de suas famílias. Infere-se que adolescentes em cumprimento de liberdade assistida e suas famílias também possam se beneficiar de um trabalho como esse, contribuindo para o resgate da autoridade parental e para o fortalecimento dos vínculos.

Tanto os profissionais que realizam os atendimentos quanto os adolescentes e seus familiares influenciam o meio em que vivem e são por ele influenciados. Valores e crenças presentes na cultura ou subcultura, no âmbito do que a TBDH denomina de macrosistema, permeiam as relações estabelecidas e os atendimentos familiares estão, portanto, sujeitos às influências do contexto histórico vivido (Bronfenbrenner, 2012). Os encaminhamentos das famílias para acompanhamentos diversos em outras instituições e serviços implicam na possibilidade de participação em outros microsistemas, nos quais serão estabelecidos novos processos proximais, ampliando-se, dessa forma, as possibilidades de desenvolvimento.

A respeito do elemento tempo, Santos e Böing (2018) destacam que, além de estar presente ao se considerar o momento de vida do adolescente e de sua família, ele também se faz presente na análise do período de duração da própria medida socioeducativa. As autoras não fazem menção ao macrotempo, mas é possível expandir essa análise ao relacionar a legislação que ampara as medidas socioeducativas, seja o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), seja o Sinase, ao tempo geracional, marcado por uma mudança paradigmática e denominada Doutrina da Proteção Integral.

Ao suscitar novas interações com ambientes, pessoas e situações, ainda que por um período de tempo estabelecido, a medida socioeducativa pode ampliar o mundo de relações e de significados do adolescente e de sua família (Santos; Böing, 2018). À luz da TBDH, é possível inferir, portanto, que os processos proximais (Bronfenbrenner, 2012) advindos das interações envolvendo profissionais, familiares e o próprio adolescente possam atuar como promotores de desenvolvimento, na medida em que provoquem mudanças e estabilidades capazes de reverberar tanto na melhora da qualidade das relações quanto nas próprias condições de vida das pessoas envolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, foi possível identificar desafios e potencialidades do atendimento familiar, na perspectiva de profissionais que executam a medida de liberdade assistida no Distrito Federal, assim como articular características desse atendimento aos pressupostos da TBDH. Além de aspectos técnico-operativos do atendimento, os dados apontaram a sensibilidade e a angústia dos profissionais frente às demandas e à carga aflitiva das famílias, além da complexidade que envolve o próprio atendimento e a identidade profissional.

O recorte geográfico pode caracterizar uma limitação a esta pesquisa. Por esse motivo, sugere-se a realização de estudos que contemplem outras realidades, inclusive voltados ao conhecimento de experiências exitosas, nos diversos estados brasileiros. Pesquisas futuras poderiam incluir os familiares dos adolescentes, de modo a investigar as percepções dos usuários do serviço. Por se tratar de um estudo que vislumbra articulação com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, um delineamento metodológico que buscasse investigar os quatro elementos – pessoa, processo, contexto e tempo – seria recomendado, com

vistas a considerar a atuação sinérgica dos elementos no resultado do desenvolvimento. Compreende-se como relevância social e científica do presente estudo não apenas a possibilidade de se dar voz aos profissionais que atuam na área e de fomentar discussões sobre o atendimento às famílias no contexto socioeducativo, mas sobretudo pelo convite a uma reflexão mais ampla, que considere adolescentes, famílias e profissionais situados em uma complexa teia de relações, que vão do micro ao macrosistema. Na busca por aproximações sucessivas entre teoria e prática, adotando a TBDH como lente teórica, esta pesquisa sugere que o atendimento familiar no contexto socioeducativo em meio aberto seja pensado de maneira sistêmica e leve em conta a complexidade das questões sociais que atravessam as famílias atendidas. Apesar da implicação de questões meso e macroestruturais e das dificuldades mencionadas pelos profissionais, seus relatos permitem inferir, sobretudo, o quanto as interações com as famílias são capazes de promover resultados de competência (Bronfenbrenner, 2012). Ao propor uma visão sistêmica, apoiada na TBDH, espera-se que esta pesquisa contribua para que se extrapole a análise dos limites impostos ao atendimento familiar – sejam eles decorrentes dos processos proximais, das características da pessoa, do contexto (do micro ao macrosistema) ou do tempo –, e se reafirmem, sem que se perca a realidade de vista, as potencialidades desse mesmo atendimento, lançando um olhar cada vez mais propositivo ao que é possível ser feito.

REFERÊNCIAS

ANTONI, Clarissa de; KOLLER, Sílvia Helena. Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 17-30, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100003. Acesso em: mar. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: mar. 2024.

BRASIL. Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução Nº 119, de 11 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Brasília: Conanda, 11 dez. 2006. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/cije/publicacoes/sinase_2006.pdf?utm_source. Acesso em: set. 2026

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 3, 19 jan. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: mar. 2024.

BRONDANI, Renata Petry; ARPINI, Dorian Mônica. Percepções sobre momentos de visitas para adolescentes privados de liberdade: relações familiares e afetividade. **Estudos & Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 815-834, 2023. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2023.79259>. Acesso em: fev. 2025.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2012.

CARDOSO, Cláudia Lins; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; GIOVANETTI, João Paulo. Um estudo fenomenológico sobre a vivência de família em uma comunidade popular. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 780-795, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400010>. Acesso em: mar. 2024.

COSCONI, Vinicius; NASCIMENTO, Danielly Bart do; ROSA, Edinete Maria; KOLLER, Sílvia Helena. Pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano: uma pesquisa com adolescentes em medida socioeducativa. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 363-373, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-656420170115>. Acesso em: fev. 2025.

COSTA, Florença Ávila de Oliveira; MARRA, Marlene Magnabosco. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 141-153, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932013000100011. Acesso em: mar. 2024.

COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida. A dimensão clínica das intervenções psicossociais com adolescentes e famílias. In: MARRA, Marlene Magnabosco; COSTA, Liana Fortunato (Eds.). **Temas da clínica do adolescente e da família**. São Paulo: Ágora, 2010, p. 201-214.

COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida; SUDBRACK, Maria Fátima Olivier; JACOBINA, Olga Maria Pimentel. Adolescente em conflito com a lei: o relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 3, p. 379-387, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/7MjJQyqrG6zpkhWmGYtbLPs/?lang=pt>. Acesso em: 3 set. 2026.

COSTA, Liana Fortunato; PENSO, Maria Aparecida; JUNQUEIRA, Eika Lôbo; MENESES, Fernanda Figueiredo Falcomer; STROHER, Lucy Mary Cavalcanti; BRAVIN, Cassio Setubal. Atendimento às famílias e contexto de grande complexidade. In: SEIXAS, Maria Rita D'Angelo; DIAS, Maria Luiza (Orgs.). **A violência doméstica e a cultura da paz**. São Paulo: Roca, 2013, p. 125-135.

CÚNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. **Aletheia**, Canoas, v. 43-44, p. 37-49, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/3298>. Acesso em: 3 set. 2026.

FERRARI, Rachele. Escutando famílias na rede pública: uma experiência de supervisão institucional com a equipe do PAIF – Programa de Atenção Integral à Família dos CRAS1, Vinhedo/SP2. **Revista da SPAGESP** – Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 33-40, 2009. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/escutando-familias-na-rede-publica-uma-experiencia-de-2czuf73c3x.pdf>. Acesso em: mar. 2024.

FINKLER, Lirene; SANTOS, Samara Silva dos; OBST, Julia; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Crianças em situação de rua: a desproteção como forma de violência. In: HABIGZANG; Luísa Fernanda; KOLLER, Sílvia Helena (Orgs.). **Violência contra crianças e adolescentes**. Teoria, pesquisa e prática. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 159-175.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FURTADO, Helen Patrícia Paulino; BRAGA, Carla Maria Lima. Programa escola de pais: uma proposta de intervenção junto a pais de adolescentes institucionalizados. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 14, n. 1, p. 145-172, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2011v14n1p145>. Acesso em: mar. 2024.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GOMES, Clara Costa; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 47-58, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-7372189590005>. Acesso em: 3 set. 2026.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, 2004. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologia-emrevista/article/view/202>. Acesso em: mar. 2024.

LEME, Vanessa Barbosa Romera *et al.* Habilidades sociais e o modelo bioecológico do desenvolvimento humano: análise e perspectivas. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 181-193, 2016. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015aop001>

LINS, Zoraide Margaret Bezerra; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; LINS, Samuel Lincoln Bezerra; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; EBERHARDT, Ana Cristina. O papel dos pais e as influências externas na educação dos filhos. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, p. 43-59, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100005. Acesso em: mar. 2024.

LORDELLO, Sílvia Renata; COSTA, Liana Fortunato. Gestação decorrente de violência sexual: um estudo de caso   luz do modelo bioecológico. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 94-104, 2014. DOI: <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.71.09>. Acesso em: 3 set. 2026.

MEDEIROS, Fernanda Cavalcanti de; PAIVA, Ilana Lemos de. A convivência familiar no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade. **Estudos & Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 568-586, 2015. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2015.17659>. Acesso em: mar. 2024.

MERÇON-VARGAS, Elisa Avelar; LIMA, Rebeca Fernandes Ferreira; ROSA, Edinete Maria; TUDGE, Jonathan. Processing proximal processes: what Bronfenbrenner meant, what he didn't mean, and what he should have meant. **Journal of Family Theory Review**, v. 12, n. 3, p. 321-334, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/jftr.12373>. Acesso em: fev. 2025.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2010v12n2p163>. Acesso em: 3 set. 2026.

NARDI, Fernanda Lüdke; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Adolescentes em conflito com a lei: percepções sobre a família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 181-191, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000200006>. Acesso em: 3 set. 2026.

OLIVEIRA, Thiana de Viveiros; TEIXEIRA, Solange Maria. Responsabilização da família e retração estatal: uma tendência à (des)proteção?. **Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 309-336, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/12383>. Acesso em: mar. 2024.

RODRÍGUEZ, Susana Inês N  ez; DAMÁSIO, Bruno Figueiredo. O desenvolvimento da identidade e sentido de vida na adolescência. In: HABIGZANG, Luísa Fernanda; DINIZ, Eva; KOLLER, Sílvia Helena (Orgs.). **Trabalhando com adolescentes: teoria e intervenção psicológica**. Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 30-41.

ROSA, Edinete Maria; TUDGE, Jonathan. Urie bronfenbrenner's theory of human development: its evolution from ecology to bioecology. **Journal of Family Theory & Review**, v. 5, n. 6, p. 243-258, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/jftr.12022>. Acesso em: 3 set. 2026.

SANTOS, Mariane Comelli dos; BÖING, Elisangela. Modelo bioecológico do desenvolvimento humano na intervenção psicossocial com adolescentes em conflito com a lei. **Nova Perspectiva Sistêmica**, São Paulo, v. 27, n. 61, p. 100-119, 2018. DOI: <https://doi.org/10.38034/nps.v27i61.421>. Acesso em: mar. 2024.

TAKASHIMA, Geney Mitika Karazawa. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unicef, 2011, p. 77-92.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 4-23, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2010v13n1p4>. Acesso em: 3 set. 2026.

TRAD, Leny Alves Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>. Acesso em: 3 set. 2026.

TUDGE, Jonathan; ROSA, Edinete Maria. Bronfenbrenner's Ecological Theory. **The Encyclopedia of Child and Adolescent Development**, p. 1-11, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1002/9781119171492.wecad251>. Acesso em: 3 set. 2026.

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**